



CENTRO JUVENIL
DE CAMPANHÃ

Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

RELATÓRIO E CONTAS

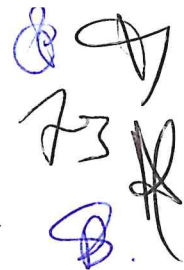
ANO 2021





Índice

1. Órgãos Sociais.....	3
2. Introdução.....	4
3. Intervenção Social.....	5
3.1 Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência e Casa de Acolhimento Temporário – Sede.....	5
3.2 Creche – Sede.....	8
3.3 Pré-Escolar – Sede.....	11
4. Serviços/Atividades/Candidaturas.....	15
4.1 Gabinete de Psicologia, Orientação Vocacional e Profissional.....	15
4.2 Café.....	15
4.3 Lavandaria.....	15
4.4 Loja Social.....	15
4.5 Arrendamento.....	16
4.6 Melhorias nas instalações.....	16
4.7 Newsletter.....	17
4.8 Candidaturas de projetos.....	17
5. Recursos Humanos.....	20
5.1 Organograma.....	20
5.2 Quadro de pessoal.....	21
5.3 Cessações dos Contrato de Trabalho.....	21
5.4 Faixas Etárias.....	22
5.5 Habilitações Literárias.....	22
5.6 Género.....	22
6. Demonstrações Financeiras.....	23
6.1 As Contas.....	23
6.2 Balanço Individual.....	25
6.3 Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas.....	26
6.4 Demonstração Individual dos Resultados por Funções.....	27
6.5 Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa.....	28
6.6 Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais (2021).....	29
6.7 Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais (2020).....	30
7. Anexo.....	31



1. Órgãos Sociais

Composição dos Órgãos Sociais do Centro Juvenil de Campanhã.



Mesa da Assembleia Geral

Presidente Manuel Fernando Silva Fernandes

1º Secretário José Manuel Martins Sousa

2º Secretário Joaquim Manuel Ferreira



Mesa Administrativa

Presidente Carla Manuela da Silva Pereira

Secretário Nuno Miguel de Oliveira Moreira

Tesoureiro Joaquina Pacheco Moreira

1º Vogal Jacinta Maria Oliveira Monteiro Soares Baptista

2º Vogal Paula Cristina Silva Dias Santos



Conselho Fiscal

Presidente Ricardo Jorge das Neves Fernandes Soares

1º Vogal Bruno Miguel Rodrigues da Fonseca

2º Vogal Manuel Fernando Sequeira Monteiro



2. Introdução

O Centro Juvenil de Campanhã – Seminário dos Meninos Desamparados é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de Utilidade Pública, fundada na cidade do Porto, em 6 de janeiro de 1814 nos termos de Decreto-Lei nº 460/77 de 7 de novembro, e das leis em vigor, inscrita na Direção Geral da Segurança Social sob o nº 73/83, de 28 de dezembro.

Mais de dois séculos volvidos e o Centro Juvenil de Campanhã continua a desempenhar de forma exemplar o seu objetivo principal de promover o bem-estar de crianças e jovens em risco, apoiando as famílias e a comunidade, contribuindo para o seu bem-estar e melhoria da sua qualidade de vida, estando em desenvolvimento a resposta social Estrutura Residencial Para Idosos. As contas e atividades hoje apresentadas são de pleno rigor porque espelham exatamente, a estratégia planeada, devendo ser prestado o devido reconhecimento a todos os que contribuíram para se alcançar este objetivo, realçando a persistência, perseverança e dedicação de quem diariamente se dedica a esta nobre causa.

Os dois últimos anos foram totalmente atípicos, o que nos obrigou a adotar novos métodos de trabalho e funcionamento, assim como por imposição legal a suspensão das atividades de apoio à primeira infância de Creches e atividades letivas e não letivas de todos os níveis de ensino incluindo o Pré-Escolar. Nesse sentido, a Instituição dando uso ao seu caráter social, isentou parcialmente os utentes do pagamento da participação familiar durante aquele período, medida está apenas possível pela manutenção das participações financeiras do Instituto da Segurança Social e o recurso ao apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho. Contudo, a Instituição manteve o seu funcionamento 24 horas por dia/7 dias por semana no que concerne à resposta social de Acolhimento Residencial.

O trabalho de equipa, a articulação entre áreas e a supervisão, foram aspetos de extrema importância, assim como a rentabilização de recursos e melhoria de procedimentos. No que diz respeito às Direções nos mais diversos assuntos gerais da Instituição foi realizado um acompanhamento mensal, bem como análises regulares ao nível do controlo de gastos.

Assim, podemos concluir ter sido um ano de extremo trabalho, esforço, dedicação que levou genericamente ao cumprimento dos objetivos.

A Mesa Administrativa agradece a toda a equipa da Instituição, funcionários, voluntários e parceiros, principalmente a quem realmente se dedica ao trabalho que desenvolvemos diariamente e a quem reconhece o esforço feito pela Instituição.

3. Intervenção Social

3.1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Sede

Casa de Acolhimento Temporária - Sede

Do trabalho levado a cabo ao longo do ano de 2021 nas respostas sociais de acolhimento, mais uma vez marcadamente influenciado pela situação pandémica vivida no país, que face às medidas de prevenção impostas pela DGS, plano de contingência e entidade tutelar, por forma a proteger as crianças e jovens acolhidas, bem como os colaboradores, obrigou-nos a uma adaptação das atividades que inicialmente estavam programadas, bem como de todas as dinâmicas da CASA. A evolução da pandemia, aliada ao aumento do número de casos, na nossa CASA, influenciou de forma vincada a execução do plano de atividades pois obrigou a que tivéssemos mais uma vez, redobrar os cuidados, nomeadamente no que concerne à testagem, vacinação, aumento da disponibilidade de materiais de proteção individual e coletiva, separação dos jovens por quartos individuais, rastreamento dos contactos de risco, isolamento sempre que necessário, equipas de trabalho em espelho, contacto próximo e constante com os serviços de saúde (em particular com o médico de família) e articulação diária com o Coordenador do Plano de Contingência COVID-19 do Centro Juvenil de Campanhã.

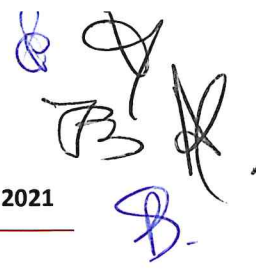
À semelhança do ano 2020, mantivemos uma área de isolamento, a adaptação das salas de estudo, de convívio e de visitas externas assim como também a disponibilização de todo o material necessário para a higienização. Apesar de todos os constrangimentos, em 2021



Figura 1: Atividades realizadas ao longo do ano

efetivamos novas parcerias, implementamos novas atividades e uma nova metodologia de trabalho, estabelecendo protocolos com o Movimento Transformers e com a Mentorart. Ambas as entidades dispõem de uma equipa de voluntários que, já no final do ano de 2021, começaram a intervir na nossa CASA de forma regular, nas áreas de informática, robótica, apoio escolar e mentoria.

Foram também estabelecidos protocolos com o Espaço T, por forma a dinamizar atividades nos períodos de férias letivas, tendo já iniciado no período de férias de Natal de 2021, através da realização de dois workshops: “Stencil” e “Rádio”. Existe ainda protocolo com a escola de dança



“Sabor Latino” para a dinamização de aulas de dança nas nossas instalações nos estilos de hip-hop, breakdance e MTV que ocorrem semanalmente.

Demos início a um conjunto de workshops que, semanalmente, são executados nas nossas instalações, através de profissionais e voluntários externos. Apontando para um total de nove, sendo que em 2021 já foram realizados três: fotografia (será apresentada uma exposição em 2022), videoclipe (será apresentado também em 2022) e graffiti (construção de um mural). Ainda ao nível do estudo, tal como em anos anteriores, as crianças e jovens continuaram a usufruir do apoio por parte das equipas, em conjunto com duas professoras destacadas no âmbito do Projeto CASA.

Para além das atividades acima descritas, promovemos uma nova aposta no desporto, incentivando a prática desportiva. Com o intuito de estimular os nossos jovens a regressarem a uma vida ativa após meses de confinamento e restrição das atividades, encaminhamos jovens para o basquetebol (Vasco da Gama), rugby (escolinha de rugby da Trofa), futsal, futebol de 11 (Águas de Gaia) e andebol (Águas Santas). Levamos ainda a cabo a dinamização de outras atividades relacionadas com a promoção de autonomia, saúde, lúdico-pedagógicas e criativas, sem nunca esquecer o objetivo fundamental, de promover a socialização, o sentido de pertença, o respeito pelo outro e o espírito de entreajuda, tornando o quotidiano das crianças/jovens mais proveitoso, tendo sempre em consideração os seus interesses.

De referir ainda que a supervisão externa funcionou em 2021, com o mesmo intuito dos anos anteriores, promover e acrescentar melhoria na qualidade do acolhimento prestado, sendo um papel preponderante pelo conhecimento científico e experiência profissional, fomentando nas suas sessões um espaço de partilha e discussão com vista à evolução das Equipas. O seu trabalho partiu da informação recolhida junto das Equipas da Casa de Acolhimento, permitindo questionar, desafiar, orientar, formar e apoiar a equipa de cuidadores, através da visão externa e especializada sob a égide da legislação vigente e dos standards internacionais de qualidade do acolhimento residencial.



Figura 2: Atividades realizadas ao longo do ano

No decorrer do ano de 2021 apesar de ainda termos sentido alguns constrangimentos que condicionaram a forma de trabalhar, as crescentes e variadas necessidades de adaptação do modelo de trabalho tendo em consideração as orientações dadas, quer pela DGS, quer pela

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Tutela, quer pelo Plano de Contingência, foi possível a execução de atividades, com qualidade que se mostraram uma mais-valia para a persecução dos projetos de vida delineados para cada uma das crianças e jovens por nós acolhidos. Neste ponto de destacar o papel das equipas de serviço, pelo empenho, disponibilidade, e total comprometimento com a CASA, que permitiram colmatar, todas as baixas relacionadas com a pandemia, que conseguiram apoiar os nossos jovens em momentos de isolamentos profiláticos, ao mesmo tempo que realizavam as atividades propostas.

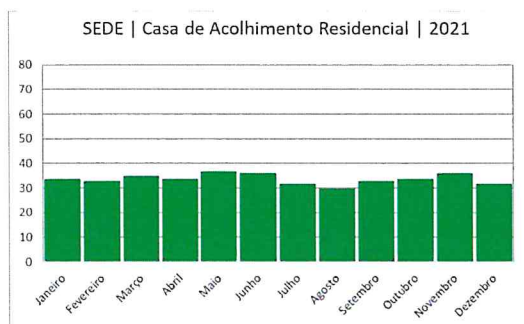


Gráfico 1: Nº utentes que frequentaram no ano 2021

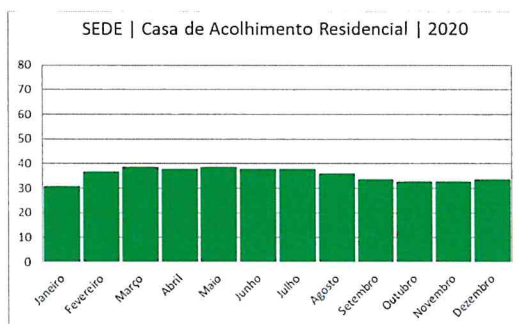


Gráfico 2: Nº utentes que frequentaram no ano 2020

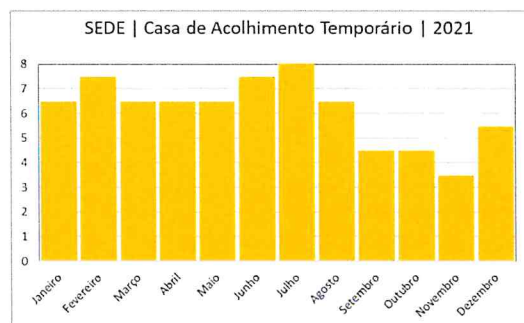


Gráfico 3: Nº utentes que frequentaram no ano 2021

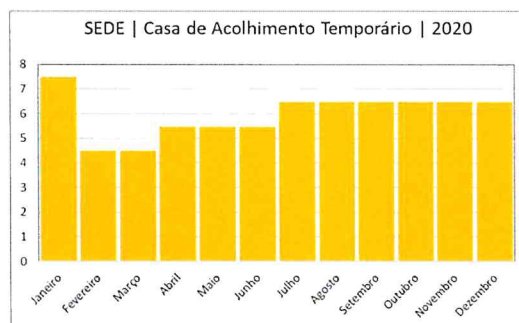


Gráfico 4: Nº utentes que frequentaram no ano 2020

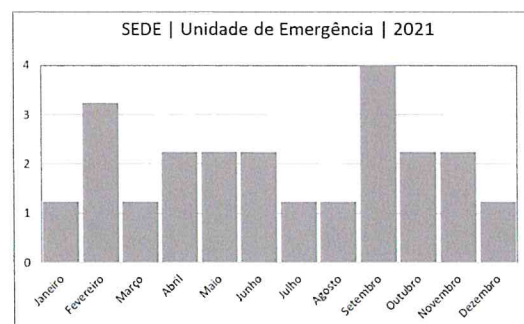


Gráfico 5: Nº utentes que frequentaram no ano 2021

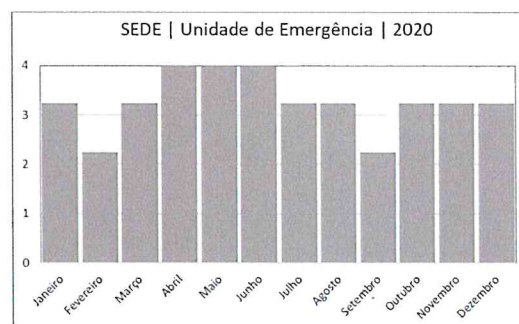


Gráfico 6: Nº utentes que frequentaram no ano 2020

3.2. Creche - Sede

A Creche é uma resposta social de natureza socioeducativa, vocacionada para o apoio à família e à criança, destinada a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais. O Plano Anual de Atividades no ano 2021 em estreita articulação com o Projeto Educativo de Creche – “A Brincar na Creche Também se Creche”; Projetos Pedagógicos de Salas; Manual de Qualidade em Creche e o Regulamento Interno.

Importa agora uma reflexão sobre o seu grau de execução e o envolvimento dos vários atores educativos na prossecução do mesmo com o objetivo primordial de se conseguirem cumprir os objetivos propostos. O PAA foi encarado numa dupla perspetiva tal como um instrumento de planificação, na medida em que procurou programar as atividades desenvolvidas no ano de 2021 e de envolvimento e comunicação por parte de todos os atores educativos. Contudo, o Plano de Atividades nunca foi encarado como um documento estanque, a existência de um plano previamente definido foi, sem dúvida, um excelente auxiliar de sucesso, mas permaneceu aberto ao seu próprio enriquecimento.

No presente documento pretende-se fazer o ponto de situação das atividades desenvolvidas na Creche. As atividades contempladas no PAA até 21 de janeiro foram concretizadas com sucesso mas, a partir dessa data as atividades de apoio à primeira infância de Creches foram suspensas até ao dia 12 de março por via de diploma legislativo, afim de evitar a proliferação do SARS-CoV-2 (COVID-19). Como consequência desta suspensão foram também suspensas todas as atividades do PAA, e algumas delas canceladas. Durante o período de suspensão de atividades, as educadoras de infância mantiveram contacto com as crianças através da aplicação “ChildDiary”, com o envio de propostas de atividades de acordo com a faixa etária em questão.



Figura 3: Atividades realizadas ao longo do ano

A partir de 12 de março e depois de adequadas as diretrizes da DGS para a reabertura, foram canceladas/reformuladas as respetivas atividades:

- Dia Mundial da Criança: atividade reformulada - os ateliers de plástico realizaram-se nas respetivas salas;



- Festa de encerramento do ano letivo: atividade reformulada - foi realizada e filmada na respetiva sala e enviado aos pais;
- Rusga de S. João: atividade reformulada – a rusga realizou-se na sala dos 2 anos;
- Reunião individual com os encarregados de educação: atividade reformulada – reuniões realizadas via aplicação “ChildDiary”;
- Transição para o pré-escolar: atividade cancelada;
- Dia de S. Martinho: atividade reformulada – o magusto realizou-se nas respetivas salas;
- Festa de Natal: atividade reformulada - foi realizada e filmada na respetiva sala e enviado aos pais.

Para além das atividades previstas no PAA, surgiu no decorrer do ano 2021 a participação na campanha do Pai Natal Solidário dos CTT que tão importante foi para a nossa realidade, tendo em conta o meio social em que estamos inseridos. Mantivemos também os protocolos existentes com a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti e a Equipa Local de Intervenção Precoce na Infância do Porto Oriental.

Conclusão

O número de atividades este ano letivo foi, de certa forma, comprometido pela pandemia. Mas através de um excelente trabalho da Equipa Pedagógica e Educativa foi possível reformular e executar o Plano Anual de Atividades. Os Educadores de Infância e os Ajudantes de Ação Educativa, não obstante as suas funções específicas, trabalharam em estreita colaboração e parceria em prol de um objetivo comum – prestar uma resposta pedagógica/educativa de qualidade adequada às crianças.

De salientar algumas intervenções que contribuíram para o melhoramento das instalações:

- o primeiro centra-se na disponibilização do material necessário para a execução das atividades que prontamente foi disponibilizado pela instituição;
- a implementação da Plataforma digital ChildDiary;
- a candidatura ao Orçamento Colaborativo de 2021 da Junta de Freguesia de Campanhã, com a causa “Promoção do bem-estar na infância” apresentada pelo Centro Juvenil de Campanhã, foi aprovada. Conseguimos deste modo substituir o pavimento de 2 salas e também a substituição total do mobiliário infantil tais como mesas e cadeiras;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- a candidatura ao programa Bairro Feliz do Pingo Doce, com a causa “Alimenta este recreio” apresentada pelo Centro Juvenil de Campanhã na área temática Apoio Social e Cidadania, onde saiu vencedora. Conseguimos deste modo adquirir uma casa infantil para o nosso recreio.

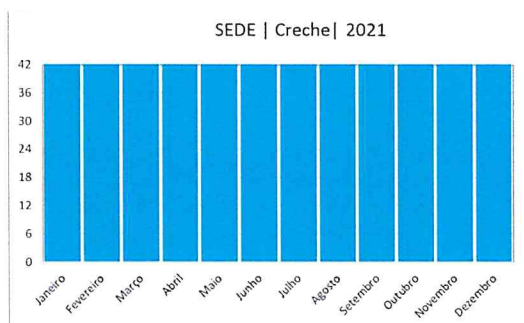


Gráfico 7: Nº utentes que frequentaram no ano 2021

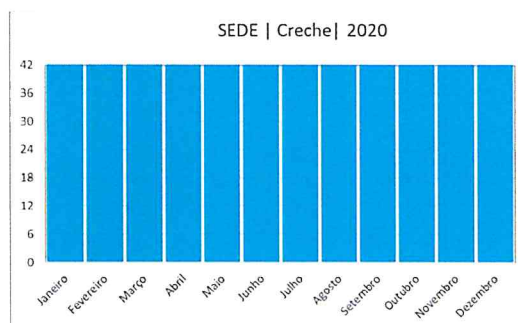


Gráfico 8: Nº utentes que frequentaram no ano 2020



3.3. Pré-Escolar - Sede

A Educação Pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário. O Pré-escolar está organizado em duas componentes, uma educativa e outra de apoio à família, prestando, em cada uma delas, um conjunto de atividades e serviços. É um espaço educativo, pensado e organizado em função da criança e adequado às atividades que nele se desenvolvem, onde convive com outras crianças, onde realiza atividades variadas, sozinha e em grupo, fazendo aprendizagens importantes, partilhando e trocando saberes, desenvolvendo um espírito democrático para melhor aprender e conhecer o mundo que a rodeia.

Execução do Plano Anual de Atividades (PAA)

O presente relatório reflete a execução do PAA. Decorre da realização de diversas atividades, organizadas a partir das grandes áreas de intervenção definidas no Projeto Educativo. O Pré-Escolar desenvolveu a sua ação tendo em atenção as características específicas das crianças, o acompanhamento e a avaliação da atividade letiva. A prática pedagógica fundamentou-se no Projeto Curricular de Grupo elaborado pelas docentes, tendo por base o Projeto Educativo de Pré-escolar e as respetivas avaliações de diagnóstico dos grupos. A prática pedagógica assentou na qualidade, consistência, coerência e teve como princípios e objetivos os definidos para a Educação Pré-escolar pelas Orientações Curriculares (OCEPE). A intencionalidade do processo educativo assentou na observação, planificação, concretização e avaliação. Ao longo do ano, o trabalho desenvolvido nas duas salas, teve como ponto de partida o conhecimento das crianças do grupo e da organização dos espaços. Os projetos e as atividades foram direcionados para os interesses e necessidades detetadas.

No ano 2021, a atividade educativa foi altamente condicionada pela pandemia SARS-CoV-2 (COVID-19), tendo o ensino funcionado em regime presencial até ao dia 21 de janeiro e a partir de 8 de fevereiro, funcionou o regime de ensino à distância. Terminamos o ano de 2021 com a suspensão das atividades letivas e não letivas de 27 a 31 de dezembro.

Ensino a Distância (E@D)

A necessidade de implementar o Ensino a Distância (E@D), impôs condicionalismos que impossibilitaram a dinâmica natural e desejável da Educação Pré-Escolar. Através da implementação da **Plataforma Digital ChildDiary** as abordagens pedagógicas, as planificações



Figura 4: Ensino à distância

semanais enviadas, as interações e contactos possíveis à distância e a manutenção da ideia de Escola enquanto espaço de afetos, relações e aprendizagens, foram premissas que tentamos tornar este “ensino à distância”,

num espaço possível para que as famílias continuassem a ser parceiros nesta tarefa de fazer crescer e aprender. Acreditamos e valorizamos a importância da ligação entre escola/ família e o potencial impacto destas ligações no resultado de aprendizagem das crianças. Por essa razão, esta plataforma ajudou-nos a comunicar neste momento tão peculiar.

As atividades do PAA

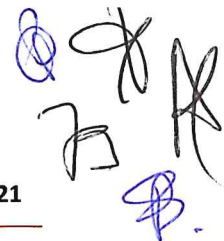
Na elaboração do plano anual de atividades foram tidas em conta as limitações impostas pela situação pandémica, evitando-se a programação de atividades fora do espaço escolar e entre as duas salas de pré-escolar.

Reduziu-se a intervenção de parceiros no espaço escolar, bem como a presença dos encarregados de educação nas atividades. Foi dada ênfase à informação sobre a pandemia e à importância do cumprimento das regras de prevenção. Das atividades definidas no PAA do Pré-Escolar, somente 47% foram concretizadas. No ano de 2021 ocorreram 2 momentos de confinamento que de certa forma impossibilitou o seu cumprimento na íntegra. No período de 22 de janeiro a 12 de março as atividades propostas no **PAA** foram canceladas e a componente letiva realizada de acordo com as condições definidas para o ensino à distância a partir do dia 8 de fevereiro.



Figura 5: Atividades realizadas ao longo do ano

A 15 de março as escolas reabriram com a implementação de todas as orientações da DGS, e por esse motivo tivemos de cancelar todas as atividades a realizar no exterior tais como



passeio de final de ano, época balnear, entre outras. Contudo, houve a possibilidade de reformular algumas atividades tais como a entrega das fichas de avaliações bem como os registos de desenvolvimento foram enviados através da plataforma ChildDiary, a festa de final de ano e a festa de Natal foi realizada e filmada nas respetivas salas e enviada para os pais.

Atividades extra do PAA

O Pré-escolar, aliado ao Dia Mundial da Alimentação aderiu ao desafio dos “Heróis da Fruta”. Este desafio consiste na prevenção da obesidade infantil e incentiva-os a adotar hábitos alimentares diários saudáveis.

A Associação Movimento Terra Solta desenvolve a sua atividade nos terrenos do Centro Juvenil de Campanhã e tem por base a sensibilização, o desenvolvimento, a sustentabilidade numa ótica objetiva de desenvolver ações em espaços abandonados. A Associação é uma mais-valia para as nossas crianças e apresentou-nos um duplo convite:

- participar na sementeira autóctone para assinalar a importância da conservação das florestas naturais;
- festejar o magusto na companhia de alguns membros da associação ao ar livre e desfrutando de todo o espaço verde da nossa instituição.

Conclusão

Para concluir salientamos a importância de alguns pontos:

- o primeiro centra-se na disponibilização do material necessário para a execução das atividades que prontamente foi disponibilizado pela instituição;
- a implementação da Plataforma digital ChildDiary;
- a candidatura ao Orçamento Colaborativo de 2021 da Junta de Freguesia de Campanhã, com a causa “Promoção do bem-estar na infância” apresentada pelo Centro Juvenil de Campanhã, foi aprovada. Conseguimos deste modo substituir o pavimento de 2 salas e também a substituição total do mobiliário infantil tais como mesas, cadeiras, sofás e estantes para biblioteca e ainda 2 triciclos;
- a candidatura ao programa Bairro Feliz do Pingo Doce, com a causa “Alimenta este recreio” apresentada pelo Centro Juvenil de Campanhã na área temática Apoio Social e Cidadania, onde saiu vencedora. Conseguimos deste modo adquirir um centro de atividades modular para a dinamização do recreio

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- o empenho e adaptação da Equipa do Pré-escolar à situação vivida. As Educadoras de Infância e as Ajudantes de Ação Educativa, trabalharam em estreita colaboração e parceria para prestar uma resposta pedagógica/educativa de qualidade, adequada às crianças e cumprindo sempre todas as diretrizes solicitadas.

Como já é habitual fomos novamente selecionados e convidados a participar na Campanha do Pai Natal Solidário dos CTT que tão importante é para a nossa realidade, tendo em conta o meio socioeconómico em que estamos inseridos.

Durante o ano de 2021 mantiveram-se os protocolos com a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti e a Equipa Local de Intervenção Precoce na Infância do Porto Oriental cumprindo sempre as diretrizes da DGS/ DEGEST.

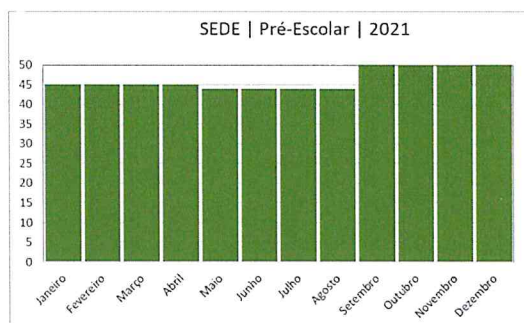


Gráfico 9: Nº utentes que frequentaram no ano 2021

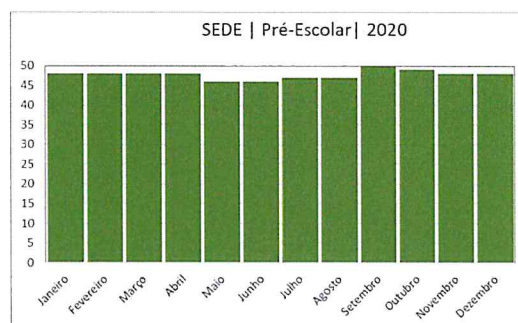


Gráfico 10: Nº utentes que frequentaram no ano 2020



4. Serviços / Atividades / Candidaturas

4.1. Gabinete de Psicologia, Orientação Vocacional e Profissional

O Gabinete de Psicologia iniciou o seu funcionamento em agosto de 2018 e consiste na prestação de serviços de Psicologia, Orientação Vocacional e Profissional e de acompanhamento psicossocial a populações de maior vulnerabilidade. O objetivo primordial deste Gabinete é permitir o acesso de populações socioeconómicas mais desfavorecidas a serviços diferenciadores, sendo este um problema social cada vez mais comum na nossa sociedade, afetando sobretudo populações de maior vulnerabilidade. Disponibiliza-se um serviço de cariz social que permite à comunidade o acesso a um serviço que contribui de forma bastante significativa para a melhoria da sua saúde e bem-estar mental.

4.2. Café

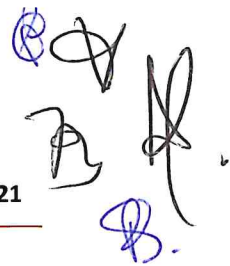
O estabelecimento de serviço de Café abriu portas ao público em julho de 2021. O espaço encontrava-se equipado e até essa data funcionava como sala de convívio interna. Assim, no âmbito da política de rentabilização de recursos e ativos existentes, por proposta da Mesa Administrativa foi aprovada na Assembleia Geral em 31 de março de 2021, a alteração dos Estatutos de forma a permitir o desenvolvimento de atividades de natureza instrumental relativamente aos fins não lucrativos, sendo que os resultados económicos que adviessem dessa atividade, contribuíam exclusivamente para o financiamento das respostas sociais.

4.3. Lavandaria

O serviço de Lavandaria abriu portas ao público em dezembro de 2021. O espaço encontrava-se equipado, funcionando o serviço de lavagem e secagem de roupas exclusivamente das respostas sociais. Assim, no âmbito da política de rentabilização de recursos e ativos existentes, à semelhança do procedimento realizado para o Café, encontrando-se o mesmo a ser dinamizado.

4.4. Loja Social

A Loja Social iniciou o seu funcionamento em dezembro de 2021. Esta atividade nasce com o objetivo de reaproveitar bens e equipamentos amavelmente doados ao Centro Juvenil de Campanhã por particulares e empresas, mas que pelas suas características / tipo/ tamanho/



quantidade não são utilizados. Assim, é disponibilizado a preços simbólicos, bens e equipamentos para que famílias desfavorecidas possam desta forma atenuar os efeitos da pobreza e exclusão social com a aquisição de bens necessários ao seu dia-a-dia, revertendo tais receitas para o financiamento das respostas sociais.

4.5. Arrendamento

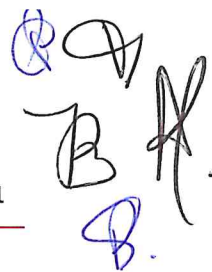
A Instituição é proprietária de diversos imóveis que não estão afetos à atividade e por esse motivo são arrendados a terceiros. Alguns destes imóveis encontravam-se desocupados e, assente na estratégia de rentabilização máxima dos ativos existentes, foram arrendados a famílias com baixos recursos económicos, traduzindo-se num acréscimo de rendimentos para a Instituição. Da mesma forma, a Casa 408 (edifício contíguo ao principal) também se encontrava desocupada desde abril de 2020 e procedeu-se também ao seu arrendamento. No âmbito de um protocolo estabelecido com a Faculdade de Direito da Universidade do Porto em setembro de 2021, afetamos este imóvel a estudantes deslocalizados por via da celebração de contratos de arrendamento. O edifício dispõe de cozinha e sala comum assim como sete quartos individuais, encontrando-se todos ocupados com jovens estudantes, oriundos de várias zonas do país que aqui encontraram uma casa acolhedora, uma vasta rede de transportes, onde se respeita a privacidade de cada um e se aplica um preço justo que reverte para a melhoria das nossas respostas sociais.

4.6. Melhorias nas instalações

No decorrer do ano 2021, procedemos à melhoria e requalificação de alguns espaços da Instituição, com recurso a trabalhadores do quadro e materiais doados por particulares e empresas. Algumas das intervenções realizadas incluíram a pintura e pequenos arranjos dos quartos de utentes, Casa da Eira, hall de entrada da residência, pavilhão, Creche, Pré-Escolar, entre muitas outras.



Figura 6: Registo fotográfico de algumas intervenções realizadas



4.7. Newsletter

A Instituição tem pautado a sua atividade privilegiando a transparência e a comunicação. Nesse sentido, em novembro de 2021 lançamos a primeira Newsletter do Centro Juvenil de Campanhã. Concretizamos desta forma o objetivo de abrir a Instituição à comunidade, dando a conhecer o que fazemos nas diferentes respostas sociais, para que o nosso trabalho possa ser acompanhado por todos aqueles que fazem parte desta enorme comunidade.



Figura 7: Estrutura da newsletter

4.8. Candidaturas de projetos

O Centro Juvenil de Campanhã apresentou vários projetos a candidaturas abertas por entidades do setor público e privado. Damos a conhecer os projetos aprovados e que tiveram enorme impacto na Instituição.

Orçamento Colaborativo 2021 da Junta de Freguesia de Campanhã

Projeto: Promoção do bem-estar na infância

Descrição: O objetivo desta candidatura era a substituição de todo o mobiliário didático das respostas sociais Creche e Pré-Escolar e também a substituição do pavimento de algumas salas que apresentavam grandes sinais de desgaste. Deste modo, a aprovação do projeto permitiu-nos a aquisição de 42 mesas infantis (retangulares, semi-circulares, redondas), 67 cadeiras infantis, 2 estantes baixas para a biblioteca, 4 sofás infantis para a biblioteca, 2 triciclos e a substituição do pavimento de 4 salas, sendo 2 na Creche e 2 no Pré-Escolar.

Valor aprovado: 9.000,00€



Figura 8: Equipamentos adquiridos no âmbito desta candidatura



Bairro Feliz do Pingo Doce

Projeto: O futuro à distância de um clique

Descrição: O objetivo era a aquisição de 2 computadores de secretária e 2 auscultadores com microfone para fruição das nossas crianças e jovens institucionalizadas, dispondo assim de condições necessárias para acesso às novas tecnologias assim como o cumprimento das exigências letivas para a realização de trabalhos e pesquisas. Também, revestem importância pelo facto de permitir o contato com familiares e amigos próximos. A candidatura foi aprovada e executada nos termos exatos do projeto apresentado.

Valor aprovado: 923,00€

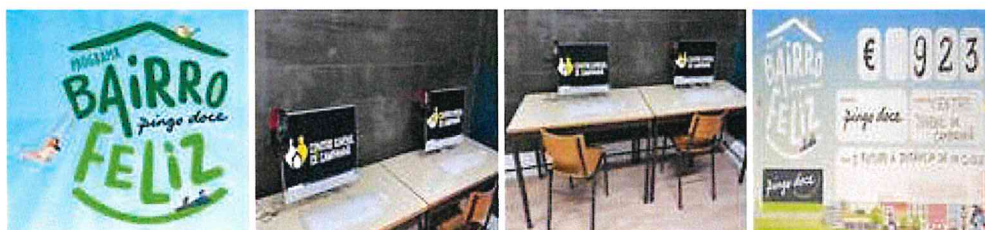


Figura 9: Equipamentos adquiridos no âmbito desta candidatura

Bairro Feliz do Pingo Doce

Projeto: Alimente este recreio

Descrição: O objetivo era a aquisição de equipamentos para apetrechar a zona exterior da Creche e Pré-Escolar que possuam características multifuncionais, isto é, um jogo educativo modular de grandes dimensões e uma casa infantil, que permitam às crianças enquanto brincam que seja estimulada a aprendizagem, o imaginário e o desenvolvimento da interação com os seus pares, com intuito de rentabilizar ao máximo todas as potencialidades da sua personalidade, em vista a um enriquecimento cada vez maior da pessoa humana. A candidatura foi aprovada e executada nos termos exatos do projeto apresentado.

Valor aprovado: 931,00€



Figura 10: Equipamentos adquiridos no âmbito desta candidatura



Iniciativa Social Descentralizada do BPI e Fundação "la Caixa"

Projeto: Sala tecnológica

Descrição: O projeto a desenvolver era a criação de uma Sala Tecnológica para proporcionar as melhores condições de acesso às novas tecnologias das nossas crianças e jovens institucionalizadas, e também a importância destes equipamentos para momentos de lazer, elaboração de tarefas letivas e acesso ao ensino à distância. Tal como incutir a utilização do computador, familiarizando-os com meios tecnológicos que terão elevada importância no seu futuro próximo. Assim, a aprovação deste projeto permitiu-nos a aquisição de 12 computadores e 12 auscultadores com microfone.

Valor aprovado: 6.000,00€



Figura 11: Equipamentos adquiridos no âmbito desta candidatura

Campanha de Natal 2021 da EDP Comercial

Projeto: Eficiência energética

Descrição: O objetivo desta iniciativa era apoiar as instituições de acordo com as suas necessidades energéticas, com o devido acompanhamento técnico por parte da EDP Comercial. Esta campanha permitiu-nos a substituição total da iluminação do edifício principal com a aquisição de 96 armaduras e 200 lâmpadas LED A++.

Valor aprovado: 1.993,83€

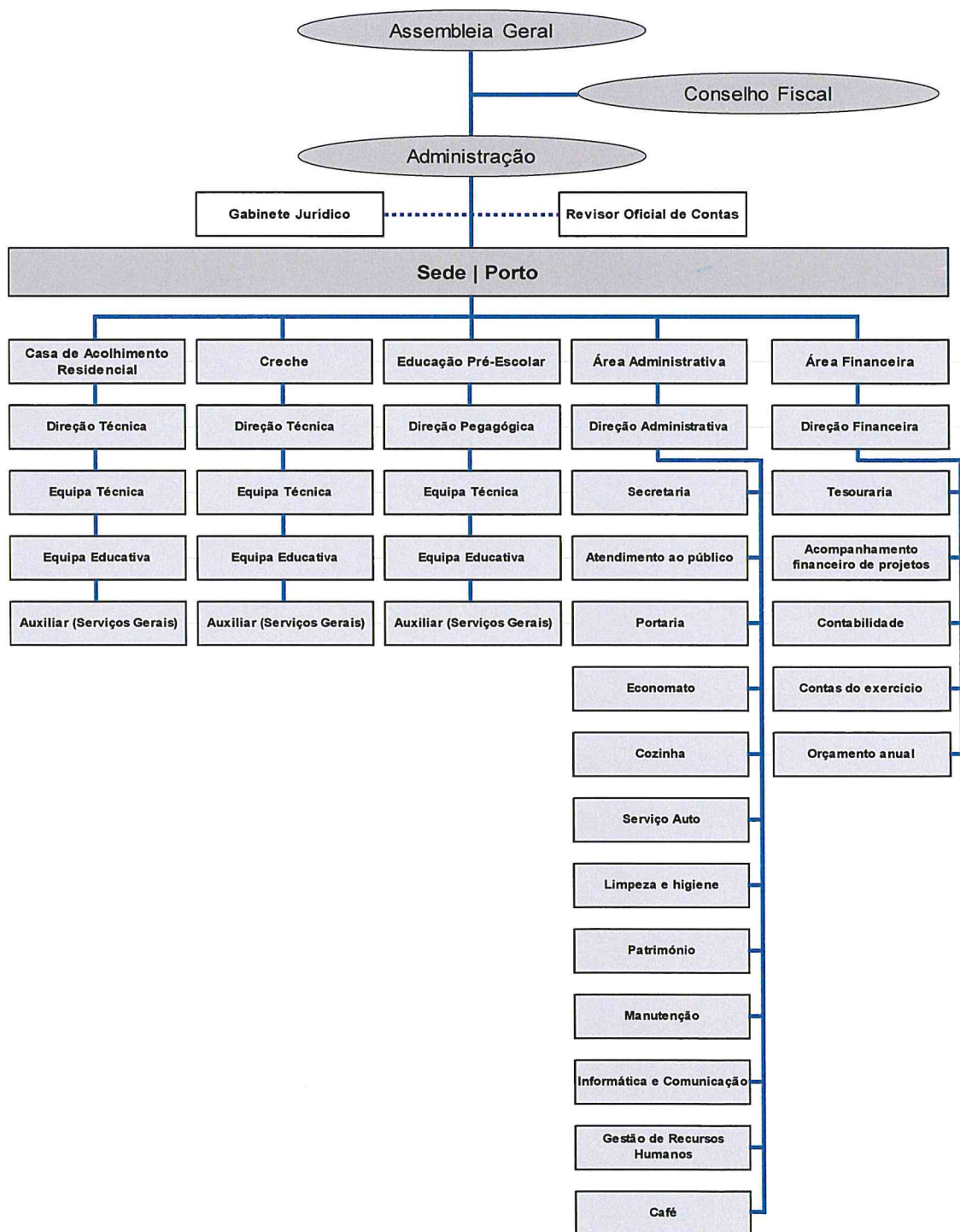


Figura 12: Equipamentos adquiridos no âmbito desta candidatura

[Handwritten signatures and initials]

5. Recursos Humanos

5.1. Organograma



[Handwritten signatures and initials]

5.2. Quadro de pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 o Centro Juvenil de Campanhã integrava “59” trabalhadores em regime de contrato de trabalho e “8” em regime de prestação de serviços e, em 31 de dezembro de 2020 integrava “62” trabalhadores em regime de contrato de trabalho e “8” em regime de prestação de serviços. Nos gráficos 11 e 12 é detalhado o número de trabalhadores por departamento.

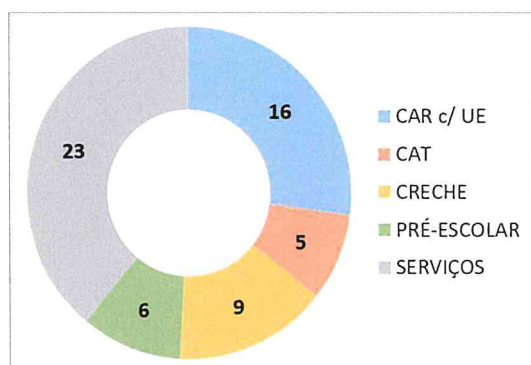


Gráfico 11: ano 2021

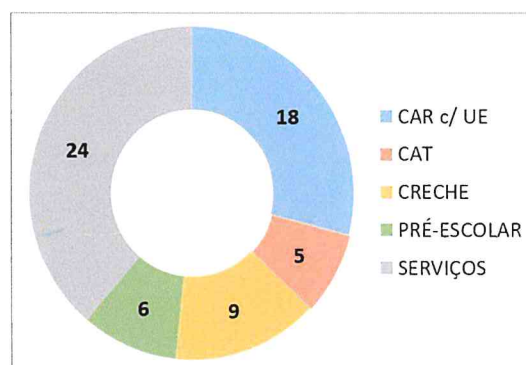


Gráfico 12: ano 2020

5.3. Cessações dos Contratos de Trabalho

No ano de 2021 cessaram o contrato de trabalho “5” pessoas e, no ano de 2020 cessaram “15” pessoas. Detalhando, “1” pessoa por acordo de revogação, “2” por caducidade do contrato trabalho por se encontrarem em substituição de trabalhadores ausentes que regressaram e “2” por iniciativa do trabalhador. Nos gráficos 13 e 14 é detalhado o número de cessações por motivo.

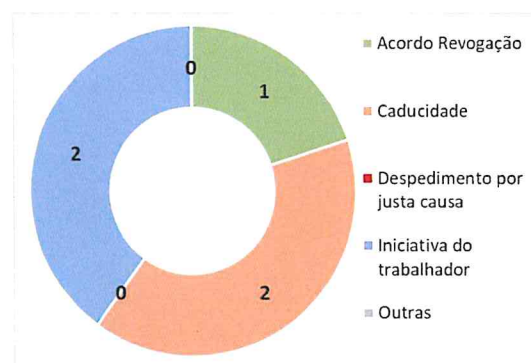


Gráfico 13: ano 2021

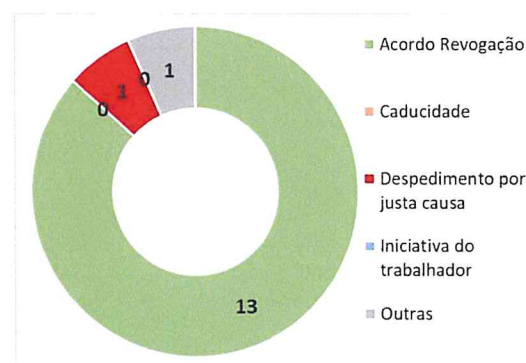


Gráfico 14: ano 2020

[Handwritten signatures and initials]

5.4. Faixas Etárias

No ano de 2021 a idade média dos trabalhadores era de 47 anos e, no ano de 2020 de 45 anos.

Nos gráficos 15 e 16 é detalhado o número de trabalhadores por faixa etária.

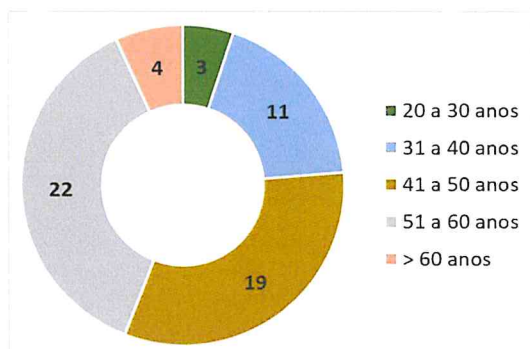


Gráfico 15: ano 2021

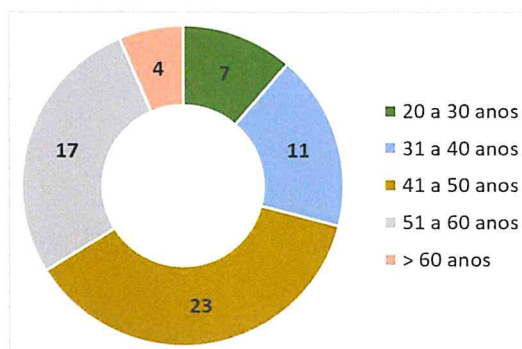


Gráfico 16: ano 2020

5.5. Habilitações Literárias

Nos gráficos 17 e 18 é detalhada a percentagem dos trabalhadores por habilitação literária.

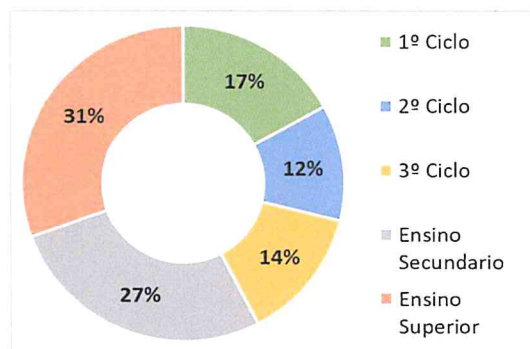


Gráfico 17: ano 2021

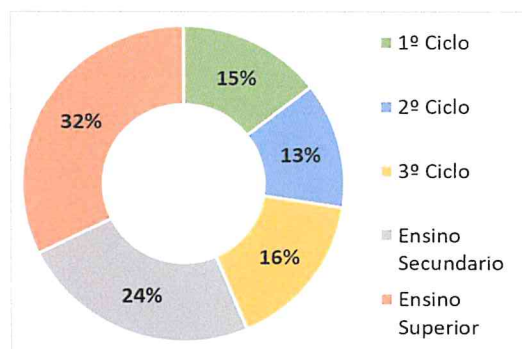


Gráfico 18: ano 2020

5.6. Género

No ano de 2021 e no ano 2020, mais de 50% dos trabalhadores eram do género feminino. Nos gráficos 19 e 20 é detalhado a percentagem de trabalhadores por género.

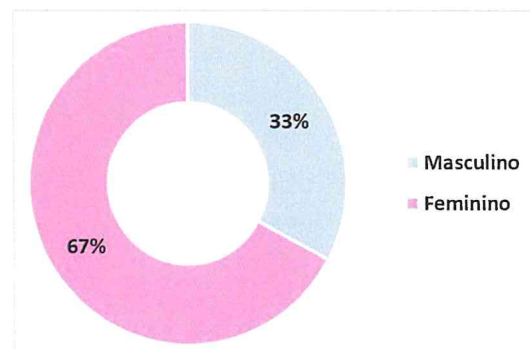


Gráfico 19: ano 2021

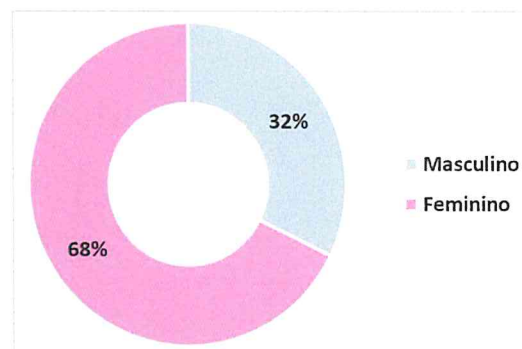


Gráfico 20: ano 2020



6. Demonstrações Financeiras

6.1. As contas

As demonstrações financeiras estão de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística das Entidades do Setor Não Lucrativo e legislação contabilística aplicável às entidades do setor social e solidário, espelhando assim inequivocamente a atividade de toda a Instituição.

Assente numa política de transparência e reporte, que consideramos ser um pilar que reveste extrema importância, todas as contas assim como as de rendimentos e gastos encontram-se devidamente desagregadas e detalhadas, permitindo aos *stakeholders* uma visão e perceção mais profunda da atividade desenvolvida.

No ano 2021 mantivemos um controlo trimestral das contas pelo Contabilista Certificado e Revisor Oficial de Contas. As preocupações, os anseios e a focalização na sustentabilidade financeira da Instituição, obriga a uma gestão estratégica e operacional, rigorosa, eficiente, consciente e participada de todos os seus recursos disponíveis, sem perder a sua autonomia, fazendo valer e defendendo a sua identidade, no quadro dos seus valores de referência.

As demonstrações financeiras do ano 2021 foram aprovadas, certificadas e auditadas por elementos externos à Instituição e desempenham tais funções e responsabilidades:

- **Contabilista Certificado inscrito na Ordem sob o Nº 13596;**
- **Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem sob o Nº 293 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o Nº 20160067.**

Assim, apresentamos uma súmula quanto à formação do resultado líquido:

Os Rendimentos

■	Prestação de serviços
■	Subsídios à exploração e donativos
■	Outros rendimentos
■	Juros e rendimentos similares
■	Total de Rendimentos: 1.467.236,83€

Os Gastos

■	Custo das matérias consumidas
■	Fornecimentos e serviços externos
■	Gastos com o pessoal
■	Outros gastos
■	Gastos de depreciação e de amortização
■	Juros e gastos similares
■	Total de Gastos: 1.432.339,97€

O Resultado líquido do período

■	Resultado líquido: 34.896,86€
---	--------------------------------------

Proposta da Mesa Administrativa à Assembleia Geral quanto à aplicação do Resultado líquido do período:

O Centro Juvenil de Campanhã apresenta um Resultado líquido do período positivo de 34.896,86€ (trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis euros, oitenta e seis cêntimos), ao qual se propõe a seguinte aplicação:

Transferência, na totalidade para a conta de Resultados Transitados.

(Euros)

6.2. Balanço Individual

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.569.054,48	2.606.974,64
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	4.488,09	5.568,67
Investimentos financeiros	16.1	12.235,85	10.782,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2.585.778,42	2.623.326,06
Ativo corrente			
Inventários	8	10.808,40	7.807,13
Clientes e utentes	16.3	8.888,65	1.253,03
Estado e outros entes públicos	16.10	3.242,05	735,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	0,00	0,00
Diferimentos	16.5	10.385,11	3.114,06
Outros ativos correntes	16.4 16.6	42.360,42	46.980,77
Caixa e depósitos bancários	16.7	814.979,36	804.393,71
		890.663,99	864.283,97
Total do ativo		3.476.442,41	3.487.610,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16.8	419.725,57	419.725,57
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	16.8	1.377.842,89	1.332.988,90
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	16.8	1.100.023,32	1.107.064,35
		2.897.591,78	2.859.778,82
Resultado líquido do período	16.8	34.896,86	44.853,99
Total dos fundos patrimoniais		2.932.488,64	2.904.632,81
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	197.474,46	264.142,50
Outras dívidas a pagar	16.11	60.099,75	60.099,75
		257.574,21	324.242,25
Passivo corrente			
Fornecedores	16.9	22.041,01	1.245,92
Estado e outros entes públicos	16.10	45.128,95	41.101,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	66.834,86	66.275,93
Diferimentos	16.5	4.391,93	2.201,93
Outros passivos correntes	16.11	147.982,81	147.910,00
		286.379,56	258.734,97
Total do passivo		543.953,77	582.977,22
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.476.442,41	3.487.610,03

(Euros)

6.3. Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	76.228,36	65.019,13
Subsídios, doações e legados à exploração	11 16.13	1.211.369,23	1.235.457,37
ISS, IP - Centros Distritais		1.149.849,85	1.184.026,02
Outras entidades públicas		61.519,38	51.431,35
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-77.575,46	-67.856,47
Fornecimentos e serviços externos	16.14	-269.433,91	-276.607,53
Gastos com o pessoal	14	-999.213,66	-969.419,44
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	16.15	178.745,50	152.986,48
Outros gastos	16.16	-25.572,16	-23.018,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		94.547,90	116.560,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 6	-55.275,83	-65.151,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		39.272,07	51.409,49
Juros e rendimentos similares obtidos	16.17	893,74	100,49
Juros e gastos similares suportados	16.17	-5.268,95	-6.655,99
Resultados antes de impostos		34.896,86	44.853,99
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		34.896,86	44.853,99

(Euros)

6.4. Demonstração Individual dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	76.228,36	65.019,13
Custo das vendas e dos serviços prestados	8	-77.575,46	-67.856,47
Resultado Bruto		-1.347,10	-2.837,34
Outros Rendimentos	16.13 15	1.390.114,73	1.388.443,85
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos	14 16.14	-1.268.647,57	-1.246.026,97
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros Gastos	5 6 16.16	-80.847,99	-88.170,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		39.272,07	51.409,49
Gastos de financiamento (líquidos)	16.17	-4.375,21	-6.555,50
Resultado antes de impostos		34.896,86	44.853,99
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		34.896,86	44.853,99

6.5. Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		69.167,78	68.620,68
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-318.897,26	-351.218,73
Pagamentos ao pessoal		-654.431,70	-640.877,41
Caixa gerada pelas operações		-904.161,18	-923.475,46
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		998.728,20	970.852,80
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		94.567,02	47.377,34
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-16.503,31	-5.659,52
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3.900,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-12.603,31	-5.659,52
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-66.109,11	-64.915,73
Juros e gastos similares		-5.268,95	-6.655,99
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-71.378,06	-71.571,72
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10.585,65	-29.853,90
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		804.393,71	834.247,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		814.979,36	804.393,71

(Euros)

6.6. Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais de 2021

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período				
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	419.725,57			1.332.988,90		1.107.064,35	44.853,99		2.904.632,81		2.904.632,81
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização										0,00		0,00
Excedentes de revalorização										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										0,00		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	0,00	44.853,99	0,00	-7.041,03	-44.853,99		-7.041,03	0,00	-7.041,03
RESULTADO INTEGRAL	8											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8											
Fundos										0,00		0,00
Subsídios, doações e legados										0,00		0,00
Distribuições										0,00		0,00
Outras operações										0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	10	419.725,57	0,00	0,00	1.377.842,89	0,00	1.100.023,32	34.896,86		2.932.488,64	0,00	2.932.488,64

(Euros)

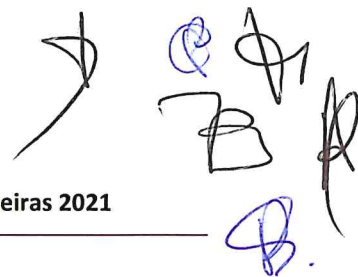
6.7. Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais de 2020

Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe												
DESCRIÇÃO	Notas											
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
6 PRIMEIRA ADOÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização Excedentes de revalorização Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		419.725,57			1.388.373,74		690.799,69	-55.384,84	2.443.514,16		2.443.514,16	
									0,00		0,00	
									0,00		0,00	
									0,00		0,00	
									0,00		0,00	
									0,00		0,00	
									0,00		0,00	
									0,00		0,00	
									0,00		0,00	
									0,00		0,00	
7 8 9=7+8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	-55.384,84	0,00	416.264,66	55.384,84	416.264,66	0,00	416.264,66	
					-55.384,84		416.264,66	55.384,84	416.264,66		416.264,66	
								44.853,99	44.853,99		44.853,99	
								100.238,83	461.118,65	0,00	461.118,65	
10 OPERações COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Distribuições Outras operações												
												0,00
												0,00
												0,00
												0,00
+7+8+10 PRIMEIRA ADOÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO		419.725,57	0,00	0,00	1.332.988,90	0,00	1.107.064,35	44.853,99	2.904.632,81	0,00	2.904.632,81	

7. Anexo

Índice

1.	Identificação da Entidade	32
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	32
3.	Principais Políticas Contabilísticas.....	33
3.1.	Bases de Apresentação.....	33
3.2.	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	34
4.	Políticas contabilísticas, alterações estimativas contabilísticas e erros:.....	39
5.	Ativos Fixos Tangíveis	39
6.	Ativos Intangíveis.....	40
7.	Financiamentos Obtidos.....	41
8.	Inventários.....	42
9.	Rédito	42
10.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	43
11.	Subsídios do Governo e apoios do Governo	43
12.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	44
13.	Imposto sobre o Rendimento.....	44
14.	Benefícios dos empregados.....	44
15.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	44
16.	Outras Informações	45
16.1	Investimentos financeiros	45
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	45
16.3	Clientes e Utentes	46
16.4.	Outras contas a receber	46
16.5	Diferimentos.....	47
16.6	Outros ativos financeiros.....	47
16.7	Caixa e depósitos bancários	47
16.8	Fundos Patrimoniais	47
16.9	Fornecedores.....	48
16.10	Estado e Outros Entes Públicos	48
16.11	Outras contas a pagar.....	48
16.12.	Outros Passivos Financeiros	49
16.13.	Subsídios, doações e legados à exploração.....	49
16.14.	Fornecimentos e serviços externos.....	49
16.15.	Outros rendimentos	51
16.16.	Outros gastos.....	51
16.17.	Resultados Financeiros	52
16.18.	Acontecimentos após data de balanço	52



1. Identificação da Entidade

O Centro Juvenil de Campanhã – Seminário dos Meninos Desamparados é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Foi fundada na cidade do Porto, em 06 de janeiro de 1814 e considerada de Utilidade Pública nos termos do Decreto-Lei nº 460/77, de 7 novembro, e das leis em vigor, é uma Associação de Solidariedade Social inscrita na Direção Geral da Segurança Social sob o nº 73/83, de 23 de dezembro.

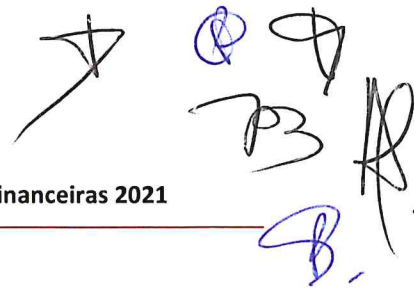
Tem como objetivo principal a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, nomeadamente no domínio do apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo, abrangendo a população infantil e juvenil de todo o país e dos países de língua oficial portuguesa, bem como a promoção de outras respostas sociais relativas às dificuldades sociais atuais dos idosos, numa perspetiva de solidariedade social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, 2 de junho.

O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015, 23 de julho e Declaração de Retificação nº 41-A/2015, 21 de setembro;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, 24 de julho e Declaração de Retificação nº 41-B/2015, 21 de setembro;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) - Aviso nº 8259/2015, 29 de julho e Declaração de Retificação nº 916/2015, 19 de outubro;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2019, 29 de julho.



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

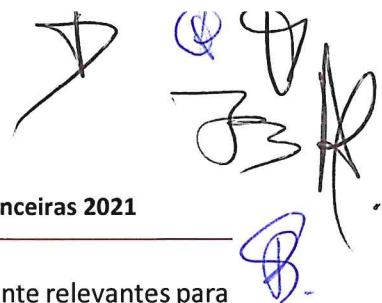
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua



apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que, não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, caso em que tais despesas são capitalizadas no Ativo Fixo Tangível. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento biológico	6
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista. As mais ou menos valias provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada nessa data, sendo que se encontra espelhada na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

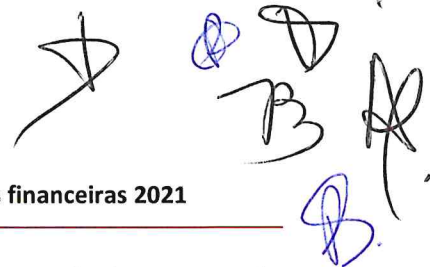
Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF-ESNL (8), na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas devem ser amortizados num período máximo de 10 anos, sendo calculado após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	Indefinida
Propriedade Industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei nº 70/2013, 30 de agosto, criou o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), destinados a assegurar o direito dos trabalhadores



ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço da Entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes. De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não indemnização ao trabalhador. O ativo financeiro referente às comparticipações para o FCT é mensurado pelo seu custo. O FCT implica uma comparticipação mensal da entidade empregadora de 0,925% sobre a remuneração base e diuturnidades de cada trabalhador ao abrigo do fundo, tendo uma natureza de capitalização para a entidade empregadora. O FCT é acionado pela entidade empregadora sempre que um trabalhador ao abrigo deste fundo cesse o seu contrato de trabalho.

Este reembolso irá corresponder ao montante entregue até à data, individualizado pelo trabalhador, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo. No caso de a cessação do contrato de trabalho não implicar qualquer pagamento de indemnização ao trabalhador, o valor do fundo adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização reverte na íntegra para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

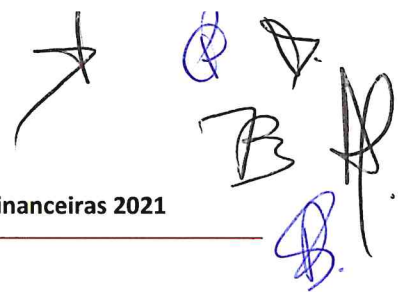
Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como fórmula de custeio o FIFO (*first in, first out*), em sistema de inventário intermitente. Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras, ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo de aquisição.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.



Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração de Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*”

- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

4. Políticas contabilísticas, alterações estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubrica	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	406.395,59					406.395,59
Edifícios e outras construção	2.760.533,85					2.760.533,85
Equipamento básico	274.452,94	6.904,29				281.357,23
Equipamento de transporte	147.578,49		40.568,64			107.009,85
Equipamento administrativo	136.019,03	9.614,34				145.633,37
Equipamento biológico	249,40					249,40
Outros ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	3.725.229,30	16.518,63	40.568,64	0,00	0,00	3.701.179,29
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construção	580.761,19	45.868,33				626.629,52
Equipamento básico	259.023,95	4.950,27				263.974,22
Equipamento de transporte	147.578,49		40.568,64			107.009,85
Equipamento administrativo	130.641,63	3.620,19				134.261,82
Equipamentos biológicos	249,40					249,40
Total	1.118.254,66	54.438,79	40.568,64	0,00	0,00	1.132.124,81

Rubrica	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	406.395,59					406.395,59
Edifícios e outras construções	2.760.533,85					2.760.533,85
Equipamento básico	272.451,40	2.001,54				274.452,94
Equipamento de transporte	147.578,49					147.578,49
Equipamento administrativo	132.361,05	3.657,98				136.019,03
Equipamento biológico	249,40					249,40
Total	3.719.569,78	5.659,52	0,00	0,00	0,00	3.725.229,30
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções	534.892,61	45.868,58				580.761,19
Equipamento básico	254.985,54	4.038,41				259.023,95
Equipamento de transporte	143.378,49	4.200,00				147.578,49
Equipamento administrativo	120.434,32	10.207,31				130.641,63
Equipamentos biológicos	249,40					249,40
Total	1.053.940,36	64.314,30	0,00	0,00	0,00	1.118.254,66

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubrica	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill						0,00
Projetos desenvolvimento						0,00
Programas de computador	8.370,42		811,80			7.558,62
Propriedade industrial						0,00
Total	8.370,42	0,00	811,80	0,00	0,00	7.558,62
Amortizações acumuladas						
Goodwill						0,00
Projetos desenvolvimento						0,00
Programas de computador	2.801,75	837,04	568,26			3.070,53
Propriedade industrial						0,00
Total	2.801,75	837,04	568,26	0,00	0,00	3.070,53

Rubrica	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill						0,00
Projetos desenvolvimento						0,00
Programas de computador	8.370,42					8.370,42
Propriedade industrial						0,00
Total	8.370,42	0,00	0,00	0,00	0,00	8.370,42
Amortizações acumuladas						
Goodwill						0,00
Projetos desenvolvimento						0,00
Programas de computador	1.964,71	837,04				2.801,75
Propriedade industrial						0,00
Total	1.964,71	837,04	0,00	0,00	0,00	2.801,75

7. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Construção Pólo (2005)	43.898,29	136.917,08	180.815,37	43.598,38	180.780,68	224.379,06
Apoio à tesouraria (2018)	22.936,57	60.557,38	83.493,95	22.677,55	83.361,82	106.039,37
Locações Financeiras			0,00			0,00
Descobertos Bancários			0,00			0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Outros empréstimos			0,00			0,00
Total	66.834,86	197.474,46	264.309,32	66.275,93	264.142,50	330.418,43

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se:

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Até um ano	66.834,86		66.834,86	66.275,93		66.275,93
De um a cinco anos		197.474,46	197.474,46		264.142,50	264.142,50
Mais de cinco anos			0,00			0,00
Total	66.834,86	197.474,46	264.309,32	66.275,93	264.142,50	330.418,43

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final
Mercadorias				0,00			0,00
Matérias-primas, sub. e consumo	5.586,55	45.911,03	24.166,02	7.807,13	53.728,01	22.548,94	10.710,39
Matérias-primas, sub. e consumo - Café				0,00	4.299,78		98,01
Produtos acabados e intermédios				0,00			0,00
Subprodutos, desp., resíduos e refugos				0,00			0,00
Produtos e trabalhos em curso				0,00			0,00
Total	5.586,55	45.911,03	24.166,02	7.807,13	58.027,79	22.548,94	10.808,40
Custo merc. vendas e mat. Consumidas				67.856,47			73.373,69
Custo merc. vendas e mat. consumidas - Café				0,00			4.201,77
Variações nos inventários produção				0,00			0,00
Total				67.856,47			77.575,46

9. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020, foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas		
Café	9.208,48	0,00
Prestações de serviços		
Quotas de utilizadores	67.019,88	65.019,13
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	76.228,36	65.019,13

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2020, não foram reconhecidas provisões.

Passivos contingentes

Não é reconhecido Passivos contingentes com referência a 2021.

Ativos contingentes

Os Ativos contingentes são eventos esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo por considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar serem prováveis. No ano 2020 a Entidade procedeu a despedimento por justa causa de trabalhadora que exercia as funções de Diretora Administrativa, pela apropriação indevida de valores da Entidade que se estimam em 16.969,58€. Tendo a Entidade sido severamente lesada no seu património e enquadrando-se tais atos em termos penais, foi apresentada ação judicial para a restituição deste montante.

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2020
Subsídios ao investimento		
ISS - Programa Adaptar Social +	0,00	5.885,81
Total	0,00	5.885,81
Subsídios à exploração		
Comparticipações dos acordos de cooperação	1.149.849,85	1.184.026,02
ISS - Lar de Crianças e Jovens	547.452,35	584.999,21
ISS - Centro Acolhimento Temporário	81.430,08	78.600,00
ISS - Unidade de Emergência	27.372,61	23.355,99
ISS - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS	211.641,60	218.428,76
ISS - Creche	167.635,72	159.669,92
ISS - Educação Pré-Escolar	95.850,81	99.881,10
ISS - Educação Pré-Escolar (PEDEPE)	18.466,68	19.091,04
Apoios do Governo	61.519,38	51.431,35
ISS - Apoio à manutenção dos contratos de trabalho	10.451,42	9.776,57
ISS - Apoio excecional à família	0,00	4.063,02
IEFP - Incentivo extraordinário normalização empresarial	11.970,00	13.913,56
IEFP - Apoio ao reforço de emergência MARESS	39.097,96	14.678,20
JFC - Orçamento colaborativo	0,00	9.000,00
Total	1.211.369,23	1.235.457,37

12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existiram alterações taxas de câmbio.

13. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente a 2021.

14. Benefícios dos empregados

Os Membros dos Órgãos Sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, com exceção da Presidente da Mesa Administrativa nos termos aprovados em Assembleia Geral de 31 de março de 2021.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2021 foi de “59” e em 31 de dezembro de 2020 foi de “62”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os trabalhadores foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	15.845,03	
Remunerações ao Pessoal	751.618,08	704.551,13
Benefícios Pós-Emprego		
Acordos de revogação / Comp. por caducidade	2.175,74	72.251,70
Encargos sobre as Remunerações	165.246,38	152.736,87
Seg. Ac. No Trabalho e Doenças Profissionais		
Trabalhadores	22.699,25	23.234,88
Beneficiários programa MARESS	2.296,14	1.458,42
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal		
Medicina trabalho e avaliação riscos profissionais	2.435,81	2.318,16
Ações formação, vestuário e EPI	169,63	467,68
Bolsa beneficiários programa MARESS	36.727,60	12.400,60
Total	999.213,66	969.419,44

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro,

informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes rubricas das demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias		
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em associadas		
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos noutras empresas		
Outros investimentos financeiros		
Fundo de Compensação do Trabalho	12.235,85	10.782,75
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Total	12.235,85	10.782,75

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso		
Doadores - em curso		
Patrocinadores		
Quotas de Associados		
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		
Outras operações		
Perdas por imparidade		
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso		
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		
Resultados disponíveis		
Outras operações		
Total	0,00	0,00

16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	4.300,00	1.253,03
Utentes	4.588,65	
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Total	8.888,65	1.253,03

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	2020
Clientes		
Utentes		
Total	0,00	0,00

16.4. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rendas	13.113,34	13.113,34
Utentes	30,00	30,00
Outros Devedores		
Autoridade Tributária e Aduaneira (Reemb. IRS)		3.580,42
Instituto da Segurança Social, IP (Adaptar Social +)		5.885,81
Instituto da Segurança Social, IP (Comp. horário)	2.284,68	
Instituto Emprego Formação Profissional (MAREESS e IENE)	24.801,40	11.218,72
Junta Freguesia Campanhã		9.000,00
Ageas - Companhia de Seguros, SA (Ind. Sinistro)		2.521,48
Outros	500,00	
Perdas por Imparidade		
Total	40.729,42	45.349,77

16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	7.058,54	3.114,06
Plano Assistência informática	2.311,82	
Licenças software	1.014,75	
Total	10.385,11	3.114,06
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	4.391,93	2.201,93
Total	4.391,93	2.201,93

16.6 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Outros ativos correntes” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Títulos de dívida pública	49,88	49,88
Certificados de renda perpétua	1.581,12	1.581,12
Total	1.631,00	1.631,00

16.7 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	1.773,95	1.490,24
Depósitos à ordem	52.205,41	28.903,47
Depósitos a prazo	761.000,00	774.000,00
Total	814.979,36	804.393,71

16.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2021				
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos +/-	Saldo Final
Fundos	419.725,57				419.725,57
Excedentes técnicos					0,00
Reservas					0,00
Resultados transitados	1.332.988,90	44.853,99			1.377.842,89
Excedentes de revalorização					0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais					
Edifício Sede	24.640,54		947,72		23.692,82
Edifício Sede	55.404,99		2.374,28		53.030,71
Edifício Pólo	20.710,40		777,20		19.933,20
Adaptar Social +	4.905,23		980,58	(1.961,25)	1.963,40
Doações	586.358,89				586.358,89
Outras	415.044,30				415.044,30
Total	2.859.778,82	44.853,99	5.079,78	(1.961,25)	2.897.591,78
Resultado líquido do período	44.853,99		9.957,13		34.896,86
Total	2.904.632,81	44.853,99	15.036,91	(1.961,25)	2.932.488,64

16.9 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Fornecedores” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	22.041,01	1.245,92
Fornecedores títulos a pagar		0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência		0,00
Total	22.041,01	1.245,92

16.10 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.242,05	735,27
Outros Impostos e Taxas		
Total	3.242,05	735,27
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	9.895,43	8.353,84
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	246,96	
Segurança Social	34.799,89	32.532,59
Outros Impostos e Taxas		
FCT e FGCT	186,67	214,76
Total	45.128,95	41.101,19

16.11 Outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações (acordos de revogação)	6.596,23		16.455,36	
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos				
Outros Fornecedores		60.099,75		60.099,75
Credores por acréscimo de gastos				
Estimativa férias e subsídio de férias próximo ano	136.580,43		127.695,90	
Outras despesas (luz, água, comunicações, etc)	2.561,15		3.758,74	
Outros credores	2.245,00			
Total	147.982,81	60.099,75	147.910,00	60.099,75

16.12. Outros Passivos Financeiros

A Entidade não detém “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

16.13. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos		
ISS	1.160.301,27	1.197.865,61
IEFP	51.067,96	28.591,76
Autarquias		9.000,00
Subsídios de outras entidades		
Doações e heranças		
Legados		
Total	1.211.369,23	1.235.457,37

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais detalhada na Nota 11.

16.14. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	143.581,65	144.310,22
Assistência informática	356,70	1.417,55
Assistência a elevadores	2.519,17	3.046,03
Segurança contra incêndios	1.073,99	152,41
Segurança alimentar	731,85	719,55
Desinfecção das instalações	393,60	779,82
Inspeção às instalações de gás	83,14	211,56
Contabilidade e auditoria de contas	8.952,00	6.492,00
Projetos de obras	26.788,00	4.981,50
Anúncios em jornais	444,50	1.185,20
Material publicitário	0,00	2.035,50
Vigilância de instalações	24.791,52	26.338,30
Honorários	43.765,50	61.936,62
Conservação e reparação de imóveis	18.718,32	22.267,18
Conservação e reparação de imóveis alugados	8.344,95	0,00
Conservação e reparação de equipamentos	2.273,14	6.155,41
Conservação e reparação de viaturas	3.429,96	5.767,46
Outros (despesas condomínio, veterinário, etc)	915,31	824,13

Materiais	42.508,40	35.727,18
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16.238,33	7.252,53
Livros e documentação técnica	23,26	80,32
Tinteiros	1.979,61	3.923,19
Material diverso de escritório	688,24	1.664,43
Consumíveis para fotocopiadoras	3.251,99	2.955,15
Limpeza e higiene	6.998,85	7.968,04
Material de prevenção COVID-19	3.357,04	4.633,97
Material didático para utentes	3.454,45	3.134,09
Vestuário e calçado para utentes	3.852,95	759,08
Artigos de costura	232,80	64,10
Prendas para utentes	2.430,88	3.292,28
Energia e fluídos	57.795,46	65.117,80
Eletricidade	44.687,09	38.828,56
Combustíveis	3.668,11	4.141,22
Água	2.322,76	14.134,33
Gás	7.117,50	8.013,69
Deslocações, estadas e transportes	5.549,48	4.531,65
Deslocações de utentes	4.090,90	3.048,30
Deslocações de pessoal	301,75	301,65
Portagens e estacionamento	943,40	1.151,70
Transportes de pessoal/mercadoria	213,43	30,00
Serviços diversos	19.998,92	26.920,68
Aluguer de camioneta	0,00	150,00
Aluguer de equipamento rede estruturada	1.439,28	1.555,22
Aluguer de equipamento impressão	734,92	353,50
Aluguer de equipamento comunicações	206,50	0,00
Aluguer de barraca de praia	0,00	0,00
Comunicação (televisão, internet e telefone)	5.973,31	5.216,28
Serviço postal	412,57	935,20
Seguro de utentes	765,79	1.458,17
Seguro imóveis	3.802,03	3.442,71
Seguro de viaturas	2.225,88	2.856,53
Seguro de equipamentos	192,00	193,23
Contencioso e notariado	1.039,35	98,94
Despesas de representação	158,15	50,00
Higiene pessoal de utente	931,50	7.475,00
Consultas médicas de utentes	58,00	332,75
Medicamentos e artigos de saúde para utentes	2.059,64	2.803,15
Total	269.433,91	276.607,53

16.15. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares		0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	15,32	0,00
Recuperação de dívidas a receber		0,00
Ganhos em inventários		0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos		0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros		
Reembolso Fundo Compensação do Trabalho	54,38	66,57
Rendimentos em investimentos não financeiros		
Alienação de ativo	3.900,00	
Indemnização de sinistro	2.017,32	2.521,48
Rendas de edifícios alugados	80.999,20	75.749,20
Outros rendimentos		
Correções relativas a anos anteriores		
Imputação de subsídios para investimento	5.079,78	4.665,45
Restituição de 50% IVA	5.201,78	2.880,08
Consignação do IRS e IVA	346,33	625,95
Donativos em dinheiro	19.847,64	13.616,73
Donativos em espécie	45.977,95	26.358,75
Quotas de associados	555,00	660,00
Gabinete de psicologia	345,00	30,00
Sala de convívio	3.957,60	
Lavandaria	50,00	
Loja social	1.356,20	
Reembolsos e estornos	7.234,08	3.658,78
Ganhos valores previsionais de anos anteriores	149,85	22.153,49
Outros rendimentos diversos	1.658,07	
Total	178.745,50	152.986,48

16.16. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos		
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.056,28	1.085,59
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos		
Gastos nos restantes investimentos financeiros		

Gastos em investimentos não financeiros		
Abate	243,54	
Outros Gastos		
Correções relativas a anos anteriores	3.580,42	14,00
Quotizações - UDIPSS Porto	498,00	498,00
Quotizações - Sociedade Protetora Animais	24,94	24,94
Coimas não fiscais	60,00	6.675,96
Licenças informáticas	2.345,91	2.645,80
Despesas com serviços bancários	1.054,23	974,80
Semanadas a utentes	5.984,65	5.026,50
Diversos de utentes (cortes cabelo, art. pessoais, etc)	4.838,66	784,73
Despesas escolares com utentes	883,00	1.980,00
Restituição subsídio familiar ao ISS	2.223,94	3.308,39
Restituição subsídio familiar ao utente	2.778,59	
Total	25.572,16	23.018,71

16.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	893,74	100,49
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total	893,74	100,49
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5.268,95	6.655,99
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	5.268,95	6.655,99
Resultados Financeiros	(4.375,21)	(6.555,50)

16.18. Acontecimentos após data de balanço

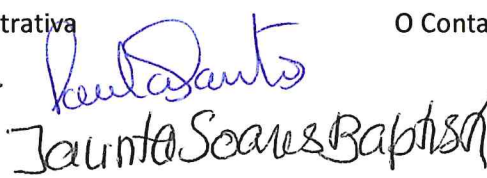
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas nesta data pela Mesa Administrativa do Centro Juvenil de Campanhã.

Porto, 10 de março de 2022

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado






PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATÓRIO E CONTAS DO ANO 2021

Nos termos do Art.º 38.º, alínea d) dos Estatutos do Centro Juvenil de Campanhã, vem o Conselho Fiscal dar parecer sobre o Relatório e Contas do exercício 2021, apresentado pela Mesa Administrativa.-----

Pela análise do relatório e contas bem como dos documentos de suporte apresentados, permite-nos:-----

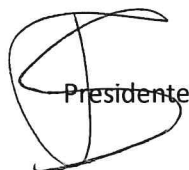
1. Verificação da observância da lei e do cumprimento dos Estatutos;-----
2. Verificação dos documentos e registos contabilísticos;-----
3. Apreciação do Relatório que sintetiza as atividades desenvolvidas no ano de 2021;-----
4. Apreciação das Contas através da verificação do Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Demonstração de Resultados por Funções, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações Patrimoniais 2021, Demonstração das Alterações Patrimoniais 2020, Anexo e Balancetes.-----

Após verificação e apreciação da documentação facultada, permite concluir que o Relatório e Contas do exercício de 2021 propostos pela Mesa Administrativa, satisfazem as disposições legais e estatutárias, refletem a atividade desenvolvida e a situação financeira do Centro Juvenil de Campanhã, pelo que somos de parecer que:-----

1. Seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2021;-----
2. Seja aprovada a proposta de transferência do Resultado Líquido do Exercício positivo em 34.896,86€ (trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis euros, oitenta e seis cêntimos) para a conta Resultados Transitados.-----

Porto aos catorze dias do mês de março de dois mil e vinte e dois-----

O Conselho Fiscal


Presidente


1.º Vogal


2.º Vogal